

Declaração de voto

Ponto 3 da Ordem do Dia

Apreciação e votação da proposta do Plano de Pormenor do Paul (UOPG 10 do Plano Diretor Municipal e áreas adjacentes)

Os eleitos de Lagos com Futuro congratulam-se com a apresentação da Proposta do Plano de Pormenor do Paul (UOPG 10 do Plano Diretor Municipal e áreas adjacentes), embora com décadas de atraso. Esta área, sensível e vulnerável, detentora de vasto património natural e arqueológico, será, finalmente, valorizada, podendo ser um espaço diferenciador na oferta turística, natural e ambiental no nosso Concelho. Neste sentido, apoiamos todos os Planos que visem a melhoria das condições histórico-culturais e ambientais do nosso território numa linha de desenvolvimento sustentável.

Contudo, este PP do Paul de Lagos, deixa para trás um passado comprometedor para quem teve funções governativas nos últimos 20 anos pela forma irresponsável e impreparada com fez a gestão deste espaço de interesse hídrico, paisagístico e ambiental. Com efeito, desde os anos 60 tem-se vindo a desvirtuar este espaço natural do Paul de Lagos, inicialmente com a construção do aeródromo, seguindo-se todas as outras infra-estruturas conhecidas que reflectem o grande impacto negativo neste território. De 2002 em diante a ocupação e impermeabilização dos solos com projectos de construção, áreas urbanizadas e industriais/comerciais, (pressão antrópica – agrícola e urbana) agora excluídas dos limites deste PP Paul, continuaram esta tendência de depreciação deste espaço natural onde se encontra inserido o aquífero Odiáxere/Almádena de importância inquestionável para o nosso território, enquadrando-se em áreas de REN e RAN.

Neste momento, com um atraso de 20 anos, entendeu o executivo fazer o que já se devia ter feito, com a agravante de ter herdado dos executivos anteriores todos os prejuízos acumulados consequência dos muitos atentados eco ambientais neste contexto territorial. No entanto, e apesar

das várias explicações efectuadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Lagos, pela equipa da Geocode e pelo representante da CML, Sr. Nuno Marques, ainda subsistem dúvidas, nomeadamente sobre as implicações ambientais inerentes a estruturas pré-existentes e a construir e o seu impacto no aquífero que, nas palavras dos técnicos, não foi claramente identificado. Fica a percepção de que, agora que estão garantidos os interesses económicos destas áreas urbanas/industriais/comerciais reflectindo a sobreposição dos interesses privados em detrimento do interesse publico, com a permissividade muito convenientemente suportada, durante anos, pela ausência de um PDM, já se pode finalmente partir para um PP do Paul de Lagos com a intenção de se minimizar futuros efeitos perversos ao nível da sua sustentabilidade. Na verdade, entendemos que o que se vai fazer é positivo mas não podemos ignorar que tem sido a mesma força política a governar desde há 20 anos atrás. E não podemos ignorar também que alguns dos responsáveis políticos presentes neste processo temporal continuam no ativo.

A delimitação deste PP que agora se apresenta reflecte inequivocamente as linhas que assinalam as áreas de influência dos interesses privados e que agora ficam de fora deste PP do Paul de Lagos numa clara consolidação de decisões pensadas em benefício dos privados. Para ilustrar um pouco esta percepção, lembremos, a título de exemplo, a área de construção do “Algarve Exportador”, estação de combustíveis, oficinas de automóveis, etc. junto ao ecossistema e em zona de maré, com interação direta com o ecossistema em análise, ficando, contudo, fora deste PP. O mesmo se passa com a zona industrial, com graves riscos para a qualidade ambiental do ecossistema, sem que não tenha sido sequer equacionada a possibilidade de haver uma deslocalização para o parque industrial/empresarial com a boa cumplicidade e cooperação da CML. A resposta do técnico quanto à justificação dos limites do PP apresentados remeteu-nos para a responsabilidade da CML neste domínio, sendo uma opção política e não fundamentada tecnicamente. Num tempo de seca e de alterações climáticas que fazem prever que os períodos de escassez de água sejam cada vez mais frequentes e prolongados, parece-nos ser do maior interesse que a questão relativa à água e ao aquífero tivesse sido devidamente estudada e esclarecida.

De realçar também que não tivemos acesso aos documentos justificativos da dispensa do EIA solicitada pela CML pelos respectivos canais oficiais. Os esclarecimentos sobre este assunto foram muito lacunares dada a falta de fundamentação apresentada. Numa área de interesse hídrico elevado e com a presença de factores de risco relacionados com infiltrações salinas em crescendo, bem como a existência de atividade industrial e agrícola, requeria-se um aprofundamento dos impactos ambientais que tais situações poderão implicar no futuro. Ora, tal exposição aos riscos exigia um estudo imparcial, aprofundado e rigoroso levado a cabo pelas entidades competentes para o efeito. Tal não foi contemplado.

Assim, por todas as razões e reservas expressas, e dada o histórico da carga política subjacente a esta opção do PP Paul de Lagos em análise, e embora consideremos o Plano de Pormenor do Paul um projeto válido e enriquecedor, a nossa posição não pode ser outra que não a abstenção, confiando que a questão do aquífero será, certamente, salvaguardada.